

ADRIANO HORTA - 04/02/2013



OS NÚMEROS

908

MILHÕES DE REAIS É O VALOR DAS OBRAS QUE CONSTA NA PROPOSTA APRESENTADA AO TCU EM RELAÇÃO AO NOVO PROJETO DO AEROPORTO

6

ANOS É O TEMPO QUE AS OBRAS DO AEROPORTO ESTÃO PARADAS

AEROPORTO DE VITÓRIA: contrato com antigo consórcio não deve ser retomado

AEROPORTO DE VITÓRIA

TCU manda Infraero fazer nova licitação para obras

Tribunal de Contas da União votou pelo Regime Diferenciado de Contratação, mais ainda não há data para retomar as obras

Beatriz Seixas

A expectativa de que as obras do Aeroporto de Vitória Eurico de Aguiar Salles fossem retomadas assim que houvesse o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) foram frustradas, após a votação dos ministros na sessão de ontem, em Brasília.

A decisão do Tribunal foi de que, para que as obras aconteçam, seja realizada uma nova licitação por meio do Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

Mas, por enquanto, não há datas previstas para o início nem para o fim das obras, que estão paralisadas desde 2008, quando o próprio TCU identificou irregularidades e indícios de superfaturamento. Valores também não foram detalhados.

As obras em questão incluem a construção do novo terminal de passageiros, sistemas de acessos viários, estacionamento de veículos, pátio de aeronaves, segunda pista e torre de controle.

Durante a sessão do TCU, a maioria dos membros da Corte se

manifestou favorável à construção e modernização do terminal, mas eles definiram que o contrato entre o consórcio Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon, rescindindo em 2009, não deveria ser retomado. Essa opinião foi compartilhada por cinco ministros, contrariando a ideia do relator, Raimundo Carreiro, de utilizar o mesmo consórcio.

Dessa forma, para que o antigo nó logístico do Estado seja desfeito, o ministro Benjamin Zymler apontou a necessidade de uma licitação do tipo RDC, que é considerada menos burocrática e possibilita que os processos sejam realizados de forma mais rápida e flexível.

A deputada federal Rose de Frei-

tas (PMDB) afirmou que a expectativa é de que o processo seja realizado nos próximos 30 dias. Para ela, a decisão do TCU não é contrária ao aeroporto, “mas por uma nova modalidade de licitação.”

“Se tivessem derrubado o relatório, teríamos de começar tudo de novo. Pelo menos o TCU disse que a obra pode ser retomada e o método será RDC, menos demorado do que uma licitação convencional”, desabafou.

O deputado Paulo Foletto (PSB) definiu a decisão como “decepcionante”. “Significa que muitos dos nossos esforços foram em vão”.

A Camargo Corrêa foi procurada pela reportagem, mas até o final da edição não retornou à demanda.

OPINIÕES



ROSE DE FREITAS, deputada federal (PMDB)

“Se o TCU tivesse derrubado o relatório, teríamos de recomeçar. Tivemos uma vitória aqui. As obras foram autorizadas”



IRINY LOPES, deputada federal (PT)

“Decisão foi positiva, na medida em que o tipo de licitação definida, a RDC, é menos burocrática e mais rápida”



PAULO FOLETTO, deputado federal (PSB)

“Tudo que fizemos foi em vão. Tomara que o projeto que foi feito sirva. Mas é muito triste, decepcionante”



CARLOS MANNATO, deputado federal (SDD)

“Para ganhar tempo, o contrato com o consórcio anterior era mais interessante. Mas a nova licitação vai trazer mais transparência”



ANA RITA ESGÁRIO, senadora (PT)

“A decisão do TCU foi bastante positiva, porque destrava um problema que vinha se arrastando há muito tempo”

ENTENDA

Obras paralisadas em 2008

2005

> O ENTÃO PRESIDENTE Lula esteve no Estado e anunciou as obras com a promessa de conclusão em 2007.

2006

> TCU fez auditoria nas obras e identificou irregularidades, determinando a retenção do pagamento de serviços.

2008

> AS OBRAS do aeroporto são paralisadas. Em 2009, o contrato entre Infraero e Camargo Corrêa é suspenso.

2013

> É RETOMADO o consórcio da Camar-

go Corrêa e o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, promete a finalização das obras do aeroporto para 2015.

2014

> NOVOS PROJETOS executivos e de orçamento são feitos pelo consórcio e entregues à Infraero.

> POSTERIORMENTE, os novos projetos são entregues ao TCU para análise. Em parecer técnico, o Tribunal questiona valores do projeto.

> ONTEM, os ministros do TCU decidiram que uma nova licitação deverá ser feita no modelo de Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

ANÁLISE

“Falar que vai fazer não significa ter dinheiro para isso”

Alvim Borges,
professor da Ufes e
doutor em Logística



Fazer uma licitação pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC) significa dizer que há disponibilidade de orçamento. E aí surge o primeiro problema: há dinheiro para o projeto do aeroporto?

O custo inicial estava na faixa de R\$ 380 milhões e passou para R\$ 900 milhões. Haverá disponibilidade? Falar que vai fazer não significa ter dinheiro para isso.

Além disso, este ano é eleitoral, há um desequilíbrio muito grande, tendo em vista a situação fiscal do

governo, com inflação, e obras nas cidades da Copa que não terminaram. Como não haverá obras da Copa em Vitória, o governo retiraria R\$ 1 bilhão de um aeroporto que não é prioritário?

A deliberação é ruim por um lado, já que elimina a continuação do consórcio, mas por vias tortas pode dar a oportunidade de o Espírito Santo refletir sobre a possibilidade de se construir o aeroporto em um novo local, com um projeto novo e que atenda a real demanda do Estado.

Economia

AEROPORTO DE VITÓRIA

Tensão marcou reunião em tribunal

Marcos Rosetti
BRASÍLIA

Foi tensa a reunião do Tribunal de Contas da União (TCU), que acabou nem apreciando o parecer do ministro relator, Raimundo Carreiro, que era a favor da retomada das obras do aeroporto de Vitória.

Depois de duas horas de debates, o ministro Benjamin Zymler apresentou outra proposta de fazer a obra através do Regime Diferenciado de Contratação (RDC). A sugestão acabou aprovada por cinco votos a dois.

“Aprovar o reinício dessa obra significa aprovar um superfaturamento de R\$ 248 milhões. Também sou a favor da retomada da obra, mas não a qualquer custo”, disse Zymler, explicando que se não fosse entrar de férias hoje, te-

“Aprovar o reinício dessa obra significa aprovar um superfaturamento de R\$ 248 milhões”

Benjamin Zymler, ministro do TCU

ria pedido vista do processo.

O RDC foi criado em 2011 e visa ampliar a eficiência nas contratações públicas. O regime é aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização de obras, como contratação de serviços para os aeroportos das capitais brasileiras.

Outro ministro contrário à retomada da obra, Walton Alencar, defendeu a tese de que o contrato para reiniciar as obras não existia: “O consórcio abandonou a obra, O contrato morreu. Este caso tem irregularidades graves.”

Antes dos ministros, o advogado do Ministério Público Jorge Ulisses Jacoby já havia defendido a rejeição do parecer de Carreiro, alegando superfaturamento na obra de 11%, e ausência de contrato executivo.

Carreiro foi o único que defendeu a retomada das obras e insistiu que seu parecer tinha base em decisões já tomadas pela Corte, como no caso do aeroporto de Goiânia, cujas obras também pararam por sobrepreço: “O contrato de Vitória existe porque foi reativado. Não existe nenhum empecilho em liberar a obra”, disse ele, detalhando os efeitos da paralisação e o custo de deterioração.

**SESSÃO NO PLENÁRIO** do Tribunal de Contas da União: foram duas horas de debates sobre retomada de obras

Licitação deve ser feita em 30 dias

O presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Gustavo do Vale, soube por telefone que o Tribunal de Contas da União (TCU) havia, enfim, tomado uma decisão sobre as obras do aeroporto de Vitória.

A deputada federal Rose de Freitas (PMDB) ligou para ele ainda do TCU. Segundo ela, Vale ficou feliz com a informação e garantiu

que a estatal irá encaminhar o processo de licitação o mais rápido possível:

“A Infraero vai fazer o possível e o impossível para botar esse Regime Diferenciado de Contratação (RDC) no ar. Hoje (ontem) mesmo vamos dar início ao processo. Em até 30 dias queremos fazer a licitação”, afirmou.

A expectativa por um novo aereo-

porto é aguardada há pelo menos seis anos, tempo em que as obras do Eurico de Aguiar Salles estão paralisadas.

Na época em que a construção foi interrompida pelo TCU, a obra estava orçada em cerca de R\$ 380 milhões. No último projeto apresentado, o orçamento era da ordem de R\$ 908 milhões, valor mais de duas vezes superior ao inicial.